



Anais da Assembléia

Nº 196

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Joelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB – 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT – 05; Angelo Vanhoni - Pérciles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 122ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 1996**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Joel Coimbra, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 105/96

Curitiba, 09 de dezembro de 1996.
Senhor Presidente.

Através da presente, tenho a honra de solicitar a essa augusta Assembleia Legislativa, em conformidade com o disposto no art. 54, inciso XI, da Constituição Estadual, autorização para me afastar do País, entre os dias

11 e 18 do corrente mês, com destino aos Estados Unidos da América do Norte, a fim de, em Miami, receber premiação da Revista Latin Trade e, em Washington, tratar de assuntos de interesse do Estado junto ao BIRD; e ao México, para proferir palestra no XXI Congresso Nacional da Federação dos Arquitetos, quando, também, serei agraciado com a "Placa de Honor de la Federacion de Colegios de Arquitectos de la Republica Mexicana" e terei audiência com o Presidente daquele País; e à Argentina, para comparecer às solenidades do voo inaugural da linha Curitiba - Córdoba.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente autorização, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 851/96, do Senhor Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Eduardo Trevisan, que pede esclarecimentos sobre a situação das estradas projetadas pelo Programa "Caminhos da Educação". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº 154/96, do Senhor Wadis V. Benvenutti, Diretor-Presidente da Paraná Turismo, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelos Deputados Geraldo Cartário e Luiz Carlos Alborghetti, que pedem esclarecimentos sobre área destinada ao camping de Matinhos. Ao conhecimento dos Senhores Deputados interessados.

Sob o nº 398/96, do Senhor Claudio Nunes do Nascimento - Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto do novo Código de Divisão Judiciária do Estado do Paraná. Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1748

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada de votação do Projeto de Lei nº 560/96 dos Deputados José Maria Ferreira e Péricles Mello,

que objetiva disciplinar a implantação do PROEM na rede pública de ensino de 2º grau no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.12.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 1748-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária (10/12/96).

Sala das Sessões, em 10.12.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 1736

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas, ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 10.12.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 573/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Dr. Nadim Abrão Andraus.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.12.96.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Nadim Abrão Andraus, nasceu na Cidade de São Paulo, em 25 de junho de 1942, filho de Abrão Adib Andraus e Julieta Abujamra Andraus.

Fixou residência na Cidade de Wenceslau Braz, Estado do Paraná, durante treze anos de sua vida, transferindo-se para a Cidade de Curitiba, onde reside atualmente em companhia de sua esposa Dona Clarinda Andraus e seus dois filhos Nadim Abrão Andraus Filho e Jefferson Joy Andraus.

Cursou seus primeiros anos de estudo na Cidade de Wenceslau Braz, seguindo para a Cidade de Castro, onde cursou o 2º Grau.

Diplomado pela Escola Superior de Engenharia da Universidade do Paraná, no ano de 1967, como engenheiro civil.

O Dr. Nadim iniciou suas atividades comerciais no ano de 1968, quando fundou a empresa Andraus - Engenharia e Construções Ltda., que contava naquela época com 08 funcionários, atuando no ramo de construções e saneamento.

Os anos passaram e hoje a Andraus Engenharia trabalha em diversos ramos da construção civil, como: terraplanagem, edificações, saneamento, pavimentação asfáltica, construção pesada e inúmeras atividades que resultaram em uma "holding", formada por mais de 09 firmas em diversos ramos, tais como: Andraus Engenharia e Construções Ltda., Socil Ltda., Lemos Danova - Engenharia e Empreendimentos Ltda., Atami Veículos Ltda., Importadora e Exportadora de Manufaturados Escorprios Ltda., Vecopar Veículos e Peças Ltda., Resitran Transporte e Coleta de Resíduos Ltda., Inecol Indústria e Comércio de Pedras Ltda. e MR Máquinas Rodoviárias e Peças Ltda., todas trabalhando para o engrandecimento de Curitiba, do Estado do Paraná e do Brasil, oferecendo atualmente empregos para aproximadamente 2300 funcionários.

As empresas do Grupo Andraus Engenharia Ltda., sob a direção do Dr. Nadim Abrão Andraus, desenvolveu convênios com vários Estados da Federação, como: DER-Paraná, DER-São Paulo, DNER-Distrito Federal, DAER-Rio Grande do Sul e outras obras importantes de vários municípios e da iniciativa privada.

A Andraus Engenharia e Construções, conta ainda com vários escritórios de coordenação regional em Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

São estas, algumas das atividades desenvolvidas pelo Grupo da Andraus - Engenharia e Construções Ltda., sob a sábia direção do Dr. Nadim Abrão Andraus, motivos estes para levar o Deputado que subscreve o presente projeto de lei, do qual esta justificativa é parte anexa, a apresentar a homenagem, concedendo ao Dr. Nadim Abrão Andraus, o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 574/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado no Município de Icaraíma, a CIRETRAN - Circunscrição Regional de Trânsito.

§ 1º - O Órgão de que trata o caput deste artigo, substituirá o atual Posto de Serviços do DETRAN, instalado no município.

§ 2º - A CIRETRAN de Icaraíma, terá área de abrangência compreendida pelos municípios de Icaraíma, Vila Alta e Ivaté.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.12.96.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O Município de Icaraíma, com aproximadamente 18.000 (dezoito mil) habitantes, possui um posto do DETRAN instalado na cidade.

Com uma frota de mais de 15 mil veículos cadastrados, atualmente, o posto em questão não consegue prestar atendimento a todos os usuários, devido à demanda ser muito grande, extrapolando sua capacidade. O mesmo acontece com os municípios de Ivaté e Vila Alta.

Diante dessa situação, a população de Icaraíma e dos municípios abrangidos, tem se dirigido ao município vizinho - Umuarama, em busca do necessário atendimento, o que tem trazido diversas dificuldades para todos, pois muitos dos problemas que poderiam ser resolvidos na própria cidade causam deslocamentos de seus moradores até Umuarama.

Ainda, muitos municípios menores possuem a CIRETRAN, que é um benefício à população, pois melhora a eficiência da realização dos trabalhos de competência daquele órgão.

PROJETO DE LEI Nº 575/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o NIAPA - Núcleo Integrado de Apoio e Prevenção a AIDS/DST, com sede e foro no Município de Colombo.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.12.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Núcleo Integrado de Apoio e Prevenção ao Vírus da AIDS/DST, vem desenvolvendo na Região Metropolitana de Curitiba, um serviço voluntário, com informações, distribuição de preservativos, medicamentos, palestras em colégios e principalmente, apoio psicológico ao doente de AIDS e seus familiares.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 576/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Clube de Mães de Capoeira Velha, com sede e foro no Município de Santa Maria do Oeste - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.12.96.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O Clube de Mães de Capoeira Velha de Santa Maria do Oeste, fundado em 26 de maio de 1991, como uma organização sem fins lucrativos, e tem como finalidade, promoção dos mais carentes, tendo como diretrizes mais específicas, organizar as mães, realizar cursos, promover conhecimento teórico e prático, formar consciência crítica através de estudos, etc...

A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito humano e da solidariedade, possuindo objetivos progressistas de interesse comum, constituindo-se numa fonte de desenvolvimento social, contribuindo portanto, para a melhoria da qualidade de vida voltada para a formação crítica dos trabalhadores.

Devido aos relevantes trabalhos prestados, beneficiando e reintegrando os trabalhadores à comunidade, o Clube de Mães Capoeira Velha foi declarado de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 12/94, de 28 de novembro de 1994.

Face às características e postura referidas, requer-se então, a declaração de Utilidade Pública Estadual da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Emerson Nerone, que irá anunciar o nosso orador do Pequeno Expediente da tarde de hoje.

O SR. EMERSON NERONE - Senhor Presidente, agradeço esta Presidência e agradeço também a presença aqui no nosso meio do Dr. Mário Sérgio, Diretor Geral do Hospital de Clínicas, aqui de Curitiba, do Paraná. É o Hospital de Clínicas que tem representado o Brasil todo como um grande instru-

mento de avanço em conquistas na área médica.

Achamos por bem, a partir daquela reportagem da Rede Globo, há alguns domingos atrás, pedir ao Dr. Mário Sérgio, que viesse à esta tribuna, que viesse a este Parlamento, prestar esclarecimentos do Hospital de Clínicas, e ter também neste Parlamento um ponto de referência, um ponto de ajuda, a partir de hoje, para os problemas enfrentados pelo Hospital de Clínicas em todos os níveis, mas principalmente, em níveis financeiros, em níveis financeiros de fato.

Acho que esta exposição, vem de forma a esclarecer os Senhores Deputados, e formar aqui um campo de defesa do Hospital de Clínicas, e um pedido a partir daqui, e é isso que vou fazer logo em seguida. E que a Assembléia Legislativa se mobilize enquanto Poder deste Estado, para ajudar o Hospital de Clínicas, nas suas conquistas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Esta Presidência convida, com satisfação, o Dr. Mário Sérgio, Diretor do Hospital de Clínicas do Estado do Paraná, a usar da palavra, no Pequeno Expediente.

O SR. DR. MÁRIO SÉRGIO - Inicialmente, gostaria de agradecer, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a oportunidade de expor a situação do Hospital de Clínicas.

Fomos, durante o mês de outubro, através de uma reportagem da Rede Globo, informados que o Hospital de Clínicas estava fazendo cobranças indevidas dos transplantes não aparentados. Gostaríamos de esclarecer, que já fizemos oitocentos transplantes de medula óssea. Somos responsáveis por mais de 50% dos transplantes de medula óssea do País. Só o nosso serviço, responde por mais de 50%. Dos transplantes não aparentados, são apenas 16%, portanto, 2% do global.

Para a realização destes transplantes não aparentados, há a necessidade de se buscar no exterior um possível doador para esse paciente. E esta busca custa em torno de cinquenta mil dólares.

As agências que fazem esta pesquisa, que promovem este tipo de doação, exigem pagamento prévio. E o Ministério da Saúde elaborou uma Portaria, em fevereiro deste ano, nº 27, que determina o seguinte: o hospital deve pagar a pesquisa, deve pagar o transplante, e depois, e tão somente depois, pleitear o ressarcimento das despesas deste transplante, que ultrapasse cem mil dólares.

Temos atualmente sessenta pacientes na pesquisa internacional. Se multiplicarmos só a pesquisa de cinquenta mil dólares para cada um desses pacientes, teríamos que ter um montante de três milhões de reais, pagar isso previamente, para então, depois, solicitar o reembolso desses recursos.

Na Portaria está muito claro também, que para haver o reembolso, terá que existir teto financeiro no Estado. E infelizmente isso pode ser confirmado com o Secretário Municipal e Estadual, a inexistência do teto financeiro para o pagamento desse ressarcimento. Isto tem impossibilitado a realização desta única oportunidade para esses pacientes serem submetidos a esse transplante, em toda a América Latina.

Só o nosso hospital é credenciado por um instituto internacional para fazer esse tipo de transplante, graças à excelência dos serviços que lá são prestados, e graças à competência dos nossos servidores. Após a publicação desta entrevista na Rede Globo, através do Fantástico, temos encontrado mais dificuldades. E todas as nossas inquirições à Secretaria Municipal, à Secretaria Estadual, Ministério da Saúde, nenhuma delas têm sido respondida. E não poderemos continuar fazendo esse transplante se não houver uma solução.

Já fomos submetidos a uma auditoria municipal, auditoria estadual, e estamos sendo submetidos à auditoria federal, através do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação. Nos levantamentos realizados, ficaram bastante claras as necessidades que temos de só fazer esse tipo de transplante se houver a possibilidade do paciente custear a pesquisa internacional, porque não temos esse recurso para fazer esse adiantamento e correr um sério risco de não recebê-lo "a posteriori". E o próprio Ministério da Saúde chegou a conclusão de que a sua resolução não é factível, não tem como ser cumprida por um hospital público como o nosso. E prometeu mais uma vez que esta resolução será anulada, e que será feito um convênio com o Hospital de Clínicas, para um adiantamento dos recursos e que "a posteriori" prestaremos contas desses recursos para o Ministério da Saúde, comprovando o envio desses recursos para o exterior, para essas agências que providenciam esses transplantes.

Gostaríamos ainda de lembrar que a situação financeira do Hospital de Clínicas, que tem mais de 99% dos seus atendimentos dedicados ao SUS, vem trazendo cada vez mais uma penalização

ao Hospital de Clínicas. Quem atende SUS hoje - não estou discutindo a filosofia, que sou francamente favorável à filosofia do SUS, mas a remuneração prestada é insuficiente para a cobertura de alguns procedimentos, até a 20% do custo do procedimento. Temos inúmeros procedimentos em que a rede privada não atende mais o SUS, e encaminha para o Hospital de Clínicas.

Então, temos um déficit mensal superior a um milhão de reais. Como é que poderia ser corrigido isso? Simplesmente com uma isonomia de tratamento como têm os outros hospitais universitários do País, que têm todo o seu pessoal pago pelo Ministério da Educação, e que somos responsáveis aqui em Curitiba, pelo pagamento de mais de 50% dos nossos funcionários. Essa folha então, é responsável por mais de dois milhões de reais mensais e que leva uma situação insustentável para o hospital, e que precisa uma solução e o apoio de todos nós paranaenses, no sentido de conseguir que o nosso Hospital de Clínicas seja tratado pelo MEC, da mesma maneira que é tratado o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, de Florianópolis e do restante do Brasil.

Colocamo-nos à disposição para responder quaisquer questões que sejam necessárias, e informar que não temos condições de continuar prestando esses serviços ao SUS, se essas medidas não forem tomadas. E coloco-me à disposição para o esclarecimento de quaisquer perguntas que os Senhores tenham sobre essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Concedo a palavra para aparte, ao ilustre Deputado João Techy Filho.

O Sr. João Techy Filho - Gostaria de fazer este aparte, até pela questão do meu colega, Senhor Mário Sérgio, Diretor do Hospital de Clínicas, onde também tenho acompanhado o trabalho voluntário dos amigos que fazem parte dos "Amigos do Hospital de Clínicas".

Estamos sentindo que a comunidade, uma elite aqui de Curitiba, que é voluntária ali junto aos Amigos do Hospital de Clínicas, têm feito um trabalho muito bom, e por mais esforços que hajam da parte desses Amigos do Hospital de Clínicas, ainda sentimos que são insuficientes as verbas que se têm conseguido, até o ilustre colega poderia citar quanto de recursos já foi arrecadado através dos Amigos do Hospital de Clínicas, através de promoções. Mas sentimos que todo o

Paraná depende do Hospital de Clínicas, os nossos hospitais lá da região, procuramos diariamente vagas no hospital, por falta de condições na nossa região.

Então, é isso que queríamos comentar, mais a respeito do trabalho, que já está sendo desenvolvido, e até gostaria que o colega falasse a respeito dos recursos já conseguidos através desses amigos que compõem os Amigos do Hospital de Clínicas.

O SR. DR. MÁRIO SÉRGIO - Tendo em vista a nossa gravíssima situação financeira, a sociedade ciente disso, se organizou, e através da Associação de Amigos do Hospital de Clínicas, neste ano ela arrecadou mais de um milhão e meio de reais, que está sendo responsável por exemplo, na sexta-feira passada, foi inaugurado o andar inteiro da cirurgia pediátrica, com recursos obtidos através da TELEBRÁS e outras Instituições que passaram cerca de quinhentos mil reais só para esta área, que permitiu o aumento do número de leitos para cirurgia pediátrica dos pacientes do SUS, e melhoria dos equipamentos, que permite uma agilização e um maior número de pacientes, que poderão ser atendidos.

Então, esta Associação visa arrecadar recursos para reequipar o hospital, para melhorar as condições de infra-estrutura, mas ela não tem fôlego para arrecadar recursos para o pagamento da folha, que é uma obrigação do MEC, que faz isso em outros Estados e não faz isso para o Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná.

Gostaria de deixar claro para todos os Deputados que o número de funcionários que o Hospital de Clínicas tem, é de cerca de 300 abaixo daquele preconizado pelo MEC. Então o MEC estipulava que aqui deveria ter mais 300 funcionários, e como estamos pagando esses funcionários, estamos trabalhando com 300 funcionários a menos do que seria desejável, para o número de leitos que o hospital tem, e para o número de atendimentos que fazemos.

Somos o maior hospital do Estado, respondemos por 25% do atendimento do SUS em Curitiba, e atendemos, para vocês terem uma idéia, a área de 73% dos pacientes que procuram o hospital são de outros Estados.

O Sr. Maivo Beraldia - Apenas para cumprimentar a Direção do Hospital de Clínicas, pelo esforço que faz para manter um hospital tão importante para a nossa comunidade de Curitiba e

do Paraná, e quem sabe do Sul do Brasil.

Quero também cumprimentar aqueles que não mediram esforços para arrecadar recursos para essa finalidade. E quero também falar aos Senhores Deputados, que deveríamos tirar daqui um abaixo-assinado, uma manifestação desta Casa, para que os Senadores da República, do Paraná, representantes do Paraná, e os Deputados Federais, possam interferir junto ao MEC para que eles façam os repasses necessários, e que são devedores ao nosso Hospital de Clínicas do Paraná.

Quero também, pena que o nosso Presidente Anibal Khury esteja hoje em Brasília, mas gostaria de pedir aos nossos Pares, ao vice-Presidente Luiz Carlos Zuk, para que possamos fazer um apelo em conjunto para que a Assembleia Legislativa possa também dar um pequeno esforço, uma pequena participação econômica, no sentido de ajudar esse esforço da comunidade, para ajudar o Hospital de Clínicas.

Muito obrigado!

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Não sei se os Senhores sabem quem está ocupando a tribuna nesta tarde: Dr. Mário Sérgio. Considero um dos maiores cardiologistas do Sul do País, Diretor-Presidente do Hospital do Coração, e com carma espiritual muito grande agora como Diretor do Hospital de Clínicas do meu Estado.

Dr. Mário Sérgio, o Senhor deve me conhecer, gosto da verdade. Acho louvável a Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas fazer o Baile Luigi Noel, mas não sou mais ligado a este tipo de baile, não está assim na minha formação, mas tenho acompanhado o trabalho da Associação e acho louvável. Já aplaudi, já fiz uma série de comentários neste Parlamento e no meu programa para todo o Estado do Paraná. Agora, o que não concordo, todos os Hospitais de Clínicas do Brasil recebem subvenção do Governo Federal. E o Hospital de Clínicas do Paraná é hoje uma lenda no Sul do País, como é o Hospital do Cajuru, o Hospital Universitário de Londrina. O Hospital de Clínicas é uma tradição.

Quando vi aquela matéria de cobrar transplante, etc, não me liguei não. Acho que tem mais é que cobrar mesmo. Se o hospital não tem condições, tem que pagar uma taxa. É obrigação do Governo Federal ajudar o Hospital de Clínicas.

Não adianta ficarmos aqui, todos os dias gritando, implorando. O que sinto é que está faltando é vontade política em Brasília, com todo o res-

peito aos Deputados Federais. Quando acontece alguma coisa lá no Estado de Alagoas, ou lá na Bahia, parece que há uma força enorme dentro do Congresso Nacional, eles vão ao Presidente da República, exigem, batem, debatem e ganham. E o Paraná sempre capacho, sempre humilde. Parece que falta vontade política de trazer, o Governo Federal, uma ajuda significativa.

Será que falta alguém para falar com o Presidente da República sobre o Hospital de Clínicas do Paraná? Dizer que o Hospital de Clínicas está super abarrotado, gente nos corredores. Será, meu Deus, que falta alguém para ir à Brasília e marcar uma audiência para o Dr. Mário Sérgio, entrar com um telão e fazer o Presidente sentar, o Ministro da Saúde sentar e dizer: "olhem, este é o Hospital de Clínicas do Paraná, um Estado de progresso, um Estado pujante. Vossa Excelência ajuda todos os Hospitais de Clínicas do Brasil, mas não ajuda o Paraná. O dia que Vossa Excelência fizer isso - serei o primeiro a mostrar para ele o que é o Hospital de Clínicas, e perguntar para ele: como é que os outros recebem, e nós não recebemos"?

Este é o meu desabafo.

Muito obrigado.

O SR. DR. MÁRIO SÉRGIO - Agradeço, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, esta manifestação sua, porque o que pedimos, é exatamente isso: isonomia. Se os outros têm seus funcionários pagos pelo MEC, por que não o nosso? E continuamos pagando 51% para todos os nossos funcionários. E no número, gostaria de deixar bem claro, inferior àquele preconizado pelo MEC, e qualquer índice gerencial que se utilize para toda a rede de hospitais de universidades, estamos nos três melhores lugares. Temos o melhor número de internações, o menor tempo de permanência, o menor índice de infecção hospitalar. Quer dizer, todos os índices que foram analisados, estamos entre as melhores colocações, contra os 43 hospitais universitários do MEC.

Com a palavra o Deputado Florisvaldo Fier.

O Sr. Florisvaldo Fier - Doutor Mário Sérgio, por ocasião foi vinculado a nível nacional, a questão da cobrança dos transplantes. Primeiro, coisa que achei, procurei me informar, e a primeira coisa que achei, após a informação, que era uma grande irresponsabilidade do canal de TV que fez isso, que foi a TV Globo. Tenho visto constantemente a TV Globo pegando hos-

pitais públicos que hoje estão sobrecarregados de serviços, porque o setor privado não tem atendido pelo SUS, tem negado o atendimento, até em função dos baixos valores pagos, que dificulta os serviços públicos, o que faz com que o serviço público fique superlotado, o berçário em Fortaleza e outro que tem ocasionado a morte de crianças. Crianças e adultos.

Mas no momento que ocorre a morte no setor privado, a cobrança descabida que tem ocorrido, constantemente, no setor privado, diariamente, a TV Globo não faz esse tipo de vinculação a nível nacional. Porque até ele deseja a destruição do serviço público.

Há cerca de um ano e meio atrás, a Folha de São Paulo publicou as 100 maiores instituições de pesquisa do país. Observamos que não existia nenhum setor privado, só serviços públicos. Seja em que área fosse: na ciência e tecnologia. Aliás, tinha só a PUC do Rio de Janeiro. O resto, todo o setor público. Quer dizer: o objetivo maior é a destruição do ensino de boa qualidade, do atendimento de boa qualidade, eficiente. Aquilo que tanto se ensaja, e aquilo que é criticado de modo geral no serviço público, sabemos que o serviço público continua sendo um dos mais eficientes. Ninguém entra lá para limpar chão e vira atendente, ou faz concurso público no seu respectivo cargo, ou não entra no serviço público. Então, sabemos da eficiência.

Então, a Rede Globo, naquela ocasião, era a destruição de uma imagem, de prestação de serviço de qualidade, de eficiência, e sendo eficaz no que se propõe a fazer. Não vi outra razão para isso, do que aquilo.

Quanto à questão da remuneração, sabemos que é muito baixa. Hoje, a nível federal se discute a criação de organizações sociais. Mas não se discute a modalidade de pagamento, e nem o modo hoje de atendimento que se tem no País. Não se faz uma discussão sobre a AIH, nem sobre a correção, nem a modalidade correta de pagamento. Que em muitos momentos, não trabalho com internação hospitalar, já internei há muito tempo, não tenho internado. Nunca administrei nenhum hospital, mas sei que não é a melhor maneira de se pagar por ato médico, sei que deixa muito a desejar.

Então, fala-se na organização social, mas não se corrige a modalidade de pagamento. Então, não vai resolver, não vai se tornar mais eficiente, não vai melhorar a qualidade de absolutamente nada.

A outra questão do financiamento que é o CPMF, que também é totalmente

ineficaz. Existem projetos e emendas, como aquelas do Valdir e do Adur Jorge, que não é a solução, mas melhora pelo menos a arrecadação de tributos, que é aquela questão dos 30% da seguridade social, 10% a cada nível do Governo Estadual e Municipal, do orçamento próprio.

Quer dizer, que o que se precisa discutir, na área de saúde, além desta questão que trouxe agora, que já trouxe em outra ocasião que esteve aqui, inclusive esta Casa aprovou um requerimento no sentido de apoiar o Hospital de Clínicas, nos sentido de absorver o pessoal do Hospital de Clínicas para o MEC pagar.

Além desta questão, tem que discutir todo o setor de financiamento, não só o não pagamento deste pessoal, mas todo o setor de financiamento do setor de saúde. Senão, não tem solução, pode ser o Jatene, pode ser o Seixas, pode ir quem quiser para o Ministério da Saúde ou para o MEC. Se não tiver como prioridade a Saúde, que é um investimento baixíssimo, basta vermos os dados mundiais, países do mesmo nível do nosso, no mundo inteiro investem mais do que nós.

Então, é uma barbaridade. Quero dizer que você tem em nós um defensor do Hospital de Clínicas, quanto à sua qualidade, sua eficiência, e terá em nós, também um defensor na questão da recuperação das finanças do HC e de todo o maior investimento no setor público. E de antemão já digo que já comecei a batalha contra as organizações sociais no setor de saúde, porque eficiência, qualidade, não se corrige mudando, simplesmente, o arcabouço jurídico da prestação. Sem mexer na estrutura, no modelo de financiamento, e em todo o setor de saúde, de cabo a rabo.

A organização social será a criação de desigualdades sociais, novamente fazendo com que o HC vai sobrar a ele, por ser um hospital público, um maior peso ainda de atendimento. Terá uma cruz mais pesada para carregar do que a que já carrega hoje.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Permite-me um aparte?

(Assentimento)

Queria, em meu nome e da Bancada do PMDB aqui, nesta Casa, manifestar a nossa solidariedade, e a nossa confiança no trabalho que o senhor e a sua equipe vem fazendo à frente do Hospital de Clínicas. Somos conhecedores das imensas dificuldades que no dia-a-dia Vossa Excelência tem que enfrentar, para poder manter o funcionamento, e um bom funcionamento do HC.

A matéria que debatemos agora, creio eu, não deveria nem estar em debate aqui nesta Casa, porque todos são sabedores do trabalho eficiente, honesto e fundamentalmente voltado efetivamente para quem precisa. Não só paranaenses, mas brasileiros que para cá vêm buscar uma solução para os graves problemas na área da saúde.

Então, queria manifestar a solidariedade e o apoio da Bancada do PMDB, a confiança que, especialmente Vossa Excelência é merecedor, pelo trabalho que vem realizando. E saiba que todos, quando assistimos aquela reportagem, repudiamos, porque vimos que ela, seguramente, não retratava a realidade. E no mesmo momento já manifestamos a nossa solidariedade.

Por isso, nesta hora, aqui, queremos registrar, formalmente, esta nossa posição, porque nos orgulhamos muito do HC e temos absoluta confiança no trabalho que é exercido por Vossa Excelência.

O SR. DR. MÁRIO SÉRGIO - Gostaria de agradecer e tentar responder estes três apartes.

Em primeiro lugar, quero agradecer aquela Comissão que daqui foi designada, e nos acompanhou à Brasília, junto com 25 Deputados Federais e o Ministro da Educação se comprometeu a conseguir as vagas. Só que até agora isso não se concretizou. Não por não concordância do MEC, mas do MARE, que até agora, não liberou as vagas. Tivemos 300 vagas liberadas e ainda faltam 1800 vagas.

Em segundo lugar, gostaria de conclamar a que todos nós, realmente, façamos uma corrente, e que tem que ir ao Presidente da República, mesmo. Já fizemos chegar às mãos dele alguns documentos em relação à nossa situação, e gostaríamos de deixar bem claro: se uma atitude em muito curto prazo não for tomada, vocês não se assustem se estivermos na mídia, também por aquilo que ocorre na Maternidade de Fortaleza, do Espírito Santo.

Só para vocês terem uma idéia, estamos com 90 dias de atraso no pagamento dos nossos fornecedores que não agüentam mais isso, e estão começando a negar o fornecimento. Então, a folha do 13º salário que temos que pagar este mês, não nos está permitindo pagar os fornecedores. E isso está nos preocupando demasiadamente. Porque somos só punidos. Todos aqueles procedimentos que são mais graves, a rede privada não atende, porque dá muito prejuízo, e manda para o HC, e deixa nas nossas costas, e não temos para

onde enviar, e não podemos recusar atendimento.

Então, se formos novamente à mídia, agora sim, de uma maneira talvez mais justa do que fomos naquela, porque aquilo foi totalmente injusto. Poderemos incorrer no desabastecimento do hospital, porque nossos fornecedores já começaram a negar a entrega de produtos para o hospital poder continuar atendendo.

Então, gostaria de conclamar que todos nós possamos unir as nossas forças e ir ao Presidente da República, para solicitar uma solução emergente para o hospital, sob pena de incorrerem em escândalo, novamente.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Ouvi o Dr. Mário Sérgio após nosso aparte e a colocação feita por ele demonstra uma situação de extrema gravidade do HC no sentido de pagamento.

Sabemos que final de ano sempre é uma coisa muito difícil de ser encaminhada. Como membro deste Parlamento e como membro da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa, quero dizer ao Senhor que a partir de janeiro estou inteiramente à disposição, estou à disposição desde já, mas ocorre que agora é muito difícil ser encaminhada qualquer coisa. E levaremos à discussão, para a Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa.

Esse é um comprometimento, de público, desde hoje, mas sabemos que agora em final de ano não se encontra ninguém, absolutamente nada. Será, vamos dizer, perder tempo e dinheiro indo até Brasília ou tentar qualquer audiência neste momento com qualquer autoridade pública.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Concede-me um aparte?

(Assentimento)

Dr. Mário Sérgio, quero aqui, dizer, da satisfação de tê-lo aqui, e sobretudo, pelo trabalho que o senhor desempenha frente a uma instituição que é de extrema importância, não só para o Paraná, mas para uma região enorme do Sul do País, Oeste do nosso País e até dos nossos países vizinhos.

Então, é com satisfação que o recebemos, pelo trabalho que desempenha para o Paraná e para a sociedade brasileira. Queria reafirmar: eu e o Albanor estivemos presentes no Ministério da Educação, oportunidade em que a Diretora Geral do Ministério, uma ex-Reitora de Belo Horizonte, foi taxativa ao afirmar que o Paraná estava recebendo. E o Senhor, com dados, na hora, fez a exposição, e não recebia-

mos, e o quanto recebíamos. Naquela oportunidade o Senhor colocou a respeito de um concurso público, que tinha 600 vagas sustadas na Justiça. Gostaria de saber se o hospital teve oportunidade de efetuar as contratações daquele concurso?

O DR. MÁRIO SÉRGIO - Daquele concurso, cerca de 300 vagas foram supridas. Faltam outras 300 que deverão ser supridas. Mas as outras 1800 que ela prometeu, até agora não ocorreram.

O Sr. José Maria Ferreira - Somo-me aos demais companheiros para ir até Brasília, juntamente com as Lideranças do PSDB, Deputado Cezar Silvestri, para lá também fazer coro na reivindicação ao HC. E, tanto de parceria minha como do Deputado Albanor, temos um projeto que o Deputado Caíto Quintana ofereceu uma contribuição extremamente importante, que o torna legal, é fazendo com que os recursos, as despesas decorrentes de energia elétrica e de água sejam mantidas pelo Estado do Paraná, via Tesouro, isso nos hospitais, tanto nas clínicas como também no Hospital Universitário de Londrina, que é um dos hospitais que custeiam, e têm uma ampla gama de atendimento a todo o território paranaense e também do Sul do País.

Parabéns, e Vossa Excelência não está só. Pode contar com esta Casa, e com certeza com os Senhores Deputados. Obrigado.

O SR. DR. MÁRIO SÉRGIO - Agradeço muito a ajuda, e isso vai ser extremamente importante para nós.

Gostaria, em nome da comunidade do Hospital de Clínicas, em nome dos pacientes que lá são atendidos, agradecer todo o apoio dos Senhores, e nos colocamos à disposição em tudo aquilo, que apesar das dificuldades, possamos atendê-los, e vamos procurar dar as nossas mãos e tentar conseguir junto ao Presidente da República, uma solução para os nossos problemas.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Pela Ordem, concedo a palavra ao ilustre Deputado Nerone.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, agradecendo a presença do Dr. Mário Sérgio e as suas explicações, na tranquilidade de que, o Dr. Mário Sérgio, o Parlamento como um todo se manifestou favorável, como que, não levando em conta aquelas de-

núncias, por saber da história do Hospital de Clínicas do Paraná.

Gostaria de somar à sugestão do Deputado José Maria, do PSDB, houve também uma manifestação de lideranças do PSDB, PTB, do PT e de todas as outras lideranças, e pedir a essa Presidência, Deputado Luiz Carlos Zuk, que na primeira oportunidade em que a Bancada Federal se reunir, esse Parlamento, através de uma designação da presidência, e também da Comissão de Saúde, presidida pelo Deputado Accorsi, possa estar presente na reunião da Bancada Federal, e que a partir da reunião com a Bancada Federal, possamos agendar um programa, talvez aí um SOS ao Hospital de Clínicas, uma batida nas portas de Brasília, para que passemos a ser mais respeitados, enquanto Estado, que está sendo colocado de lado nas questões financeiras, e isso ficou claro na exposição do Dr. Mário Sérgio, quando a União paga os vencimentos em todos os Estados praticamente no Hospital de Clínicas, e no Paraná, assim como já acontece com as Universidades não pagas.

Então, pediria a esta Presidência, que assuma esse compromisso com o Hospital de Clínicas, já que todo o Parlamento se manifestou favorável a uma intervenção a nível político para tentar resolver este caso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente acatada pela Presidência.

Concedemos, e antes de entrarmos no Horário das Lideranças, agradecemos ao ilustre Deputado Reny Borsatto, que era o Deputado inscrito no Grande Expediente, e ele está transferindo a sua inscrição para a tarde de amanhã, na Sessão Ordinária. Foi com a sua aquiescência que acoplamos o Pequeno e o Grande Expedientes, na palavra do Dr. Mário Sérgio, pelo interesse comunitário paranaense, brasileiro, e até internacional, daquilo que o Hospital de Clínicas realmente oferece a toda a comunidade que o procura.

Agradecemos, e desejamos ao Dr. Mário Sérgio, à sua equipe, à Direção do Hospital de Clínicas, que realmente encontre não só o amparo desta Casa, que já o possui, e nem tão somente desta Mesa Executiva, mas de toda a sociedade paranaense, para a nível nacional, reclamarmos o que é direito a todos nós, e principalmente a nós do Sul, e ao Hospital de Clínicas.

Concedo a palavra, no Horário das Lideranças, no PPB, ao Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Senhor Presidente, não usaria o Horário das Lideranças, mas ocupo este horário para fazer um registro, já que ouvindo agora, já no final, a explanação do Dr. Mário Sérgio, pudemos perceber as dificuldades por que passam os hospitais públicos do País, e em especial o Hospital de Clínicas do Paraná.

Mas, eu e o Deputado Orlando Pessuti estamos vindo agora de uma reunião com as cooperativas do Paraná, aonde essa reunião está contando ainda com a participação do Secretário da Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Dr. Guilherme Dias.

E ocupo, Senhor Presidente, este horário, não para fazer o registro da participação da nossa reunião com as Cooperativas do Paraná, mas também para dizer aqui aos Senhores Deputados da situação lamentável por que passa a nossa agricultura, e talvez aqui, principalmente, os Deputados, Nelson Tureck, do interior do Estado do Paraná, ainda haverão de se defrontar com uma situação infalível da nossa agricultura brasileira.

Ouvi agora o Secretário de Política Agrícola do Governo Federal, colocar a sua visão, com relação à questão do trigo, situação esta que as Cooperativas do Paraná estão trabalhando, para que o nosso produtor não vá à falência de vez.

Acho, meu caro Deputado Ricardo Chab, Vossa Excelência que trabalha com a população de Curitiba, Vossa Excelência que trabalha com as aspirações diretas da população, através do seu contato direto como radialista e homem de televisão que o Senhor é, acho que a globalização do mercado que coloca a possibilidade, apenas e exclusivamente, de que os competentes e especializados sobrevivam no mercado, ainda vamos assistir centenas e milhares de agricultores saindo das suas propriedades, deixando lá a sua família sem ter condição de produzir, venho, Luiz Carlos Alborghetti, meu nobre Deputado, e Vossa Excelência fez referência de agricultura no seu programa de televisão esses dias, venho de uma região onde ontem me cobravam incisivamente, porque a abertura do mercado deixou os nossos agricultores desprotegidos. E o Governo Federal fala que a lei de mercado e a sua abertura tem que haver de forma que os nossos agricultores têm que sobreviver pelas suas próprias pernas. Não há como a nossa agricultura continuar desta forma.

Acho que daqui mais uns dias, nós aqui desta Assembléia, Deputado Irineu Colombo, vamos ter que fazer

uma caminhada junto com os nossos agricultores, porque senão não vamos ter a possibilidade de ver mais de 390 mil pequenos agricultores, que respondem por grande parte da produção do nosso Estado, sobreviverem nas suas propriedades.

Fiz de forma um pouco mais amena este desabafo ao Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, junto com o Deputado Orlando Pessuti, mas lamentável é a situação em que se encontra a nossa agricultura.

Quero ver qual é a indústria que só capta mão-de-obra especializada. Qual é a indústria que vai dar emprego para todos esses agricultores, que vão ter que deixar as suas propriedades. Não é brincadeira isso! Essa é uma questão que o Paraná vai sofrer na carne, e que o Brasil atravessa. Não é possível que se continue deste jeito, na hora de estabelecer o preço mínimo, o Governo põe o preço mínimo; na hora de vender o produto, o Governo sai fora, porque diz que é a lei de mercado que manda. É lamentável esta situação!

Concedo um aparte ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - Nobre Deputado Augustinho Zucchi, escuto o seu pronunciamento, trazendo aqui as preocupações do campo, daquelas que produzem neste nosso Estado do Paraná. A questão do trigo, realmente a preocupação é seriíssima. Tivemos um incentivo do Governo Federal, do Presidente da República, do Ministro da Agricultura, para que o campo produzisse trigo. O Paraná, mais uma vez escutou e acreditou no preço mínimo que o Governo Federal lançou. Produziu, porque o mundo inteiro estava com déficit de produção de trigo, o mundo inteiro tinha carência, não tinha trigo no mercado. O Paraná respondeu, o Rio Grande do Sul respondeu, Santa Catarina respondeu.

O que acontece hoje? As promessas do Governo Federal, mais uma vez não são cumpridas. Está aí o preço mínimo estipulado, está aí o produtor não tendo para quem vender o seu produto. Os moinhos fazem lobby importando trigo argentino, porque existe um financiamento para que os moinhos comprem este trigo argentino, para pagar inúmeros meses, e o produtor brasileiro, sem incentivo algum para vender o seu trigo. É isto que faz com que o campo pare de produzir.

Quanto tempo ficamos sem produzir trigo no Estado do Paraná e no Brasil? Agora que teve incentivo, teve

a promessa de preço, porque teria uma garantia na hora da colheita, e o Governo não cumpre aquilo que falou, a palavra dele não é cumprida, e me preocupa, porque estão aí todos os armazéns cheios de trigo, que foi produzido no Paraná, estão aí os armazéns cheios de trigo argentino, e me preocupa mais que a safra de verão aí está, e não teremos lugar para estocar o milho, a soja, o feijão, o arroz que o Paraná produz.

O Governo Federal tem que tomar uma medida urgente, porque senão, mais uma vez, o coitadinho do produtor vai pagar o pato".

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Tem coisas que não entendo no meu País. Tem coisas que merecem reflexão.

Outro dia, recebi um fax no meu programa de televisão, perguntando quais eram os Deputados que defendiam a agricultura. Nunca vi um Deputado, como o Deputado Orlando Pessuti, que é meu amigo, meu irmão, uma alma gêmea, uma alma querida, você defendendo com ênfase o problema do trigo. Não entendo o que acontece no meu País.

Recentemente, o Exército do meu País, que é a salvaguarda das asas das nossas liberdades constitucionais, o que é o Exército? Será que uma criança sabe o que é o Exército, o que é a farda verde, o que representa o Exército brasileiro no coração da minha esposa, dos meus netos, dos meus filhos? Será que a população sabe que o Exército é aquele que está por trás, para amparar os caminhos que as famílias brasileiras têm que prosseguir de encontro ao seu grande destino?

Recentemente, o Exército, com tanta felicidade e galhardia, fez uma exposição na Capital, mostrando o que é o armamento, dando uma aula cívica do que é o Exército brasileiro, e aparece meia dúzia de falsos moralistas, que não lavam a cara, agredindo o meu Exército.

Ontem debati aqui o problema com o meu querido Deputado Colombo, o problema da violência, Deputado Augustinho, e terminamos aqui o debate, e uma hora da manhã mataram um estudante com um tiro no peito, para roubar o tênis. E hoje, Vossa Excelência discute aqui o problema da agricultura do meu País. Um País verde.

Outro dia, descia pela rodovia, indo para Londrina, - porque moro em Londrina, moro em Curitiba, as minhas bases eleitorais são Londrina e Curitiba, elejo-me por Curitiba e por Londrina, - e olhava com minha senhora aquele campo verde. Falei como o Brasil é lindo, Deputado Augustinho

Zucchi, como a agricultura é bonita, e ninguém aplica na agricultura deste País, tudo é cascata, tudo é balela, tudo é engodo, tudo é enganação.

Vejo o sofrimento do Pessuti nesta tribuna, trazendo o Presidente da Sociedade Rural, trazendo cooperativas. Vejo o sofrimento de Vossa Excelência debatendo aqui todas as tardes o problema da agricultura, e não sai deste concreto, não sai, não vejo ninguém, não vejo a Rede Record, a Rede Globo, a Rede Bandeirantes, o SBT, vejo um pouquinho na TV Cultura de São Paulo, no Opinião Nacional, se debater um pouquinho de agricultura, mas ninguém fala mais nada.

É um desabafo, Augustinho. Estou assim, estava conversando com o Deputado Neivo, tem hora que você desanima, sabe? E ouvindo o seu pronunciamento, senti um nó no peito, que a gente vem para cá com tantos ideais, com tantos sonhos, com tanta vontade de lutar, você vê o Pessuti ir para esta tribuna, dar a alma, Vossa Excelência dando a alma agora aqui... sabe o que vai acontecer, Deputado Augustinho? Vai ficar aqui entre nós, não vai sair daqui. Mas, se depender de mim, o meu canal de televisão está aberto para os seus anseios e seus ideais, porque eu disse outro dia na televisão, vocês dois merecem o respeito, junto com o meu compadre Senador Osmar Dias, que é um dos melhores Senadores da agricultura deste País, viu, Pessuti, pode acreditar no Osmar, que é um dos melhores Senadores deste País. O Osmar me manda fax todos os dias, corresponde comigo e é um dos melhores Senadores da agricultura deste País, Osmar Dias.

Vocês três estão de parabéns. Espero que a sua voz saia deste concreto e chegue até Brasília, mas é o anseio que Vossa Excelência tem no coração é que me deu uma bola, parou aqui, e senti vontade de sair com você de mãos dadas, com o Pessuti, e falar para alguém: vamos resolver o problema da agricultura deste País? E ninguém resolve, me perdoem, ninguém resolve.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Liberamos o horário do PMDB, para que o Deputado Augustinho Zucchi possa prosseguir no seu pronunciamento.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem) - O horário do PTB também está às ordens.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Agradeço a gentileza do Deputado Pessuti,

agradeço o aparte do Deputado Plauto e agradeço, Deputado Alborghetti, o seu aparte, e embora saibamos que quem sabe isto aqui não tenha a ressonância que gostaríamos que tivesse, na verdade vale o coração, vale a vontade de continuar lutando nesta, que é uma causa justa, é uma causa que afeta a todos, e tenho certeza absoluta que se dependesse dos Parlamentares desta Casa, já teríamos resolvido grande parte dos problemas da nossa agricultura.

O Sr. Cezar Silvestri - Permite um aparte, Deputado?
(Assentimento)

Deputado Zucchi, via há dias atrás o Ministro da Agricultura falando do encontro que teria com Ministros da Agricultura de vários países em Singapura, quando seria discutida a quebra do subsídio dos países, principalmente da comunidade européia, e que vários outros países têm com relação à agricultura, e que no Brasil se criou um tabu, como se fosse um crime dar subsídio à agricultura. Todos os países do mundo subsidiam a agricultura, que acho uma causa justa, porque afinal de contas, e aqui especificamente foi a agricultura a âncora do Plano Real, tem sido, e o que é pior, poucos Parlamentares, poucas pessoas inclusive se aperceberam, inclusive Deputado Alborghetti, que tem o meio de comunicação para se expressar diariamente; quando a tonelada do trigo estava oitenta dólares, depois foi a trezentos dólares, quando o Brasil parou de plantar, o preço do pão triplicou no nosso País; agora o trigo volta de trezentos para cento e quarenta dólares, cento e vinte dólares, e o preço do pão continua o mesmo, ou seja, nem o consumidor está tendo benefício.

Acredito que esta causa realmente é justa. Devemos todos nós nos unirmos, não somente aqueles que representam a agricultura, para realmente começarmos a debater esse assunto, e levar essa preocupação nossa ao Governo Federal.

Eu, como Líder da Bancada do PSDB, sinto-me na responsabilidade de somar esforços com todos os Partidos Políticos, para que realmente acabe essa injustiça com o produtor rural, e também com o consumidor, Alborghetti.

Estava falando aqui que o pão, o pão francês, quando houve essa alteração do preço do trigo, ele triplicou de preço. Hoje, o trigo está 1/3 do preço que estava há um ano atrás, e o pão continua sendo cobrado no mesmo

valor. Então, nem o consumidor está ganhando com isso.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Agradeço o aparte do Deputado Cezar Silvestri, Líder do PSDB nesta Casa, e agradeço, Deputado Cezar, aliás, não poderia esperar posicionamento diferente de Vossa Excelência, já que Vossa Excelência também trabalha com a área de agropecuária, sabe as dificuldades por que passa o setor, hoje, principalmente nos últimos anos, em consequência da falta de uma política agrícola do Governo Federal.

Concedo um aparte ao Deputado Pessuti, nosso companheiro, coordenador do Bloco Agropecuário desta Casa, e que sempre tem estado junto nas discussões da nossa agricultura.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Zucchi e Senhores Deputados, realmente vamos à essas reuniões e ficamos várias vezes até desgostoso e desiludido com o que discutimos, porque na realidade, Vossa Excelência coloca bem, outros Parlamentares, e fica bem essa situação: o Governo vem, estimula o plantio, diz que vai garantir um preço aos produtores. Porque todos sabemos que o trigo é uma das culturas de mais risco que existe, cultura de inverno, de alto risco.

Então, os produtores com base no preço mínimo, que já não atendia as aspirações do produtor, mais que o mínimo do mínimo, vamos dizer assim, ele topou a parada, plantou, e o Brasil está produzindo aí qualquer coisa ao redor de três milhões e setecentas, oitocentas mil toneladas.

Agora, vem a hora da comercialização, é aquilo que disse Vossa Excelência, que precisa ficar bem claro para os Senhores Deputados e aqueles que estão aqui: o que está acontecendo, vem a hora da comercialização, aí o preço do mercado internacional ditado lá pelo hemisfério norte, lá pela produção da Argentina, faz com que o preço nacional fique abaixo do preço mínimo, aí o Governo diz: "olha, não estamos podendo fazer o leilão, não estamos comprando". Aí, os Bancos não colocam recursos para financiar a estocagem, e aí vem o Secretário de Política Agrícola e diz: "é um problema de mercado, tem que haver o ajuste do produtor com o industrial". É aquilo que Vossa Excelência dizia no nosso retorno lá da OCEPAR, se na hora o Governo garantiu esse plantio a esse preço mínimo, ele dissesse: "olha, não vamos garantir nada, não vamos garantir preço mínimo, não vamos garantir a compra. Vocês se entendam aí nas coo-

perativas, vocês de entendam produtores e cooperativas com a indústria, com os Bancos, vocês se entendam, o Governo não se mete".

Quer dizer, hoje, nenhum de nós estaríamos aqui cobrando do Governo uma posição. Mas o fato é que o Governo veio, estabeleceu um zoneamento, estabeleceu linhas de financiamento para o plantio, estabeleceu um preço mínimo e disse que garantia esse preço mínimo. E agora não está garantindo. E é lógico que na lei do mercado, Deputado Alborghetti, vai perder quem? O produtor, porque o produtor não tem como ficar esperando aí, seis, sete meses para poder vender essa safra, porque o moinho não vai usar tudo isso agora, ele vai usar isso ao longo de seis, sete, oito, dez meses, e o produtor não tem como bancar sozinho essa estocagem.

O que o Governo faz é isso. Ele não compra pela política de preço mínimo, porque depois ele tem que garantir a estocagem. Então, ele deixa tudo no lombo do produtor, no lombo da cooperativa; e o industrial, evidentemente, fica esperando a melhor oferta, ele compra hoje na Argentina pelo mesmo preço daqui, com seis meses de prazo para pagar e 8% de juro, nesses seis meses, disse-me agora o Presidente da Associação Brasileira dos Industriais do Trigo - ABITRIGO.

Essa reunião é das mais importantes, Deputado Zucchi, e foi bom que estivéssemos lá, porque está o Presidente da ABITRIGO, está o Presidente da FECOTRIGO, que é lá do Rio Grande do Sul, está a nossa OCEPAR, está o Banco do Brasil, está o Ministério da Agricultura, como diria o nosso querido amigo, Deputado Osvaldo Trevisan: "só tem peixe grande lá dentro". O peixe grande da triticultura está lá.

Um outro dado que ele nos informou, o industrial, é que hoje, a Argentina manda para casa os seus produtos industrializados, com isenção de imposto, porque a exportação é isenta, e a farinha importada vem competir com a nossa aqui dentro, que tem de pagar imposto. Mas aí já é outra situação.

O que não pode acontecer é isto, o Governo dizer: "plante, que o João garante"; aí, o João daquela vez não garantiu. E agora: "plante, que o Fernando garante".

Hoje, por exemplo, tive o privilégio, ao lado do Hermas Brandão, ao lado do Mário Bezerra, ao lado de algumas pessoas, de representar a Assembleia no III Seminário de Política Agrícola, que é desenvolvido pela FETAEP - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná,

com uma discussão toda centrada, Deputado Zucchi, na questão da agricultura familiar. Uma coisa que conhecemos, porque os nossos pais atuaram fortemente durante toda a vida deles na agricultura familiar, lá na pequena propriedade rural. O seu, no Sudoeste, e o meu, o Vale do Ivaí.

Sabemos qual é a importância, o significado, a realidade de uma agricultura familiar. Agora, com essa política, que adota o Governo Federal, com muitas vezes ações limitadas dos Governos Estaduais, com ações, muitas vezes, quase nulas dos Governos Municipais, em favor da agricultura, vamos ver acontecer o que está acontecendo. Você assenta cinquenta mil famílias na terra, no processo de Reforma Agrária, saem duzentas mil por falta de uma Reforma Agrícola no País.

Você abre a exportação das fibras, dos tecidos, para a confecção no País, e você vê plantando hoje menos de 20% do que plantava de algodão, liberando mais de quatrocentos mil, se não me falha a memória, postos de emprego no meio rural. E você vê agora, no trigo, acontecendo esta lastimável situação, onde o Governo prometeu, e agora, não quer cumprir a sua parte, e deixa mais uma vez o produtor ao léu, perdendo o seu sagrado trabalho, e comprometendo toda uma atividade agrícola.

Meus cumprimentos. E mais uma vez, fica registrado que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através dos seus Deputados, tem procurado levantar a sua voz.

Queria dizer ao meu amigo Alborghetti, que é difícil que tudo isso saia destas quatro paredes, mas é aquela velha história: "água mole em pedra dura, tanto bate até que fura". Sei quantas vezes a sua voz foi "água mole em pedra dura", nas questões de segurança, e sei que muitas vezes a sua voz fez romper barreiras, tradições e costumes, que eram maléficos à sociedade.

Cito só um exemplo, e vi ainda há pouco, aqui, o Deputado Basílio Zarusso, de uma luta que desenvolvemos, quando aqui cheguei, ao lado do Furiatti e do Sabino, a luta para que pudéssemos plantar laranja de novo no Estado do Paraná, plantar citros, e São Paulo nos impedia, pelos interesses lá de São Paulo, o lobby paulista, junto ao Ministério da Agricultura. Eles não permitiram, porque estavam implantando o seu Parque Industrial de moagem e produção de suco para exportação, e seguraram o Paraná até quando puderam.

Tivemos que enfrentá-los, ir à Brasília, andar neste Paraná, fazer movimentos de prefeitos, de vereadores, e conseguimos, de alguma forma, avançar. Tanto que agora, estamos plantando um pouco de citros aqui no nosso Estado.

Então, vale à pena a nossa luta. E a Assembléia, sempre que podemos, não só nós, mas todos os Deputados, a nossa voz é levantada em qualquer parte deste Estado, deste País, em defesa do setor produtivo, com o devido respeito que temos ao setor industrial, ao setor comercial, ao prestador de serviços, mas temos que levantar sempre que possível a nossa voz ao setor produtivo, porque dele é que todos dependemos.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Agradeço o aparte do Deputado Pessuti.

Para concluir esse pronunciamento, apenas refletindo o porquê que todos os países desenvolvidos do mundo, passaram pela sua revolução no setor produtivo, para que superassem a crise e diminuíssem as diferenças sociais.

Quem sabe o Brasil não faz como os outros países, desvalorizar o seu produtor, aquele que produz, valorizar a sua agricultura, quem sabe por todos os motivos que possamos imaginar, mais por um, que é o mais importante - nesse países em que se valoriza a agricultura, os ricos, depois da 2ª Guerra Mundial, tinham o dinheiro e não comiam, porque não tinham produtos nos mercados - aqui no Brasil, rico nunca passou fome, talvez seja por isso que o nosso agricultor vai continuar pela profissão de fé que tem, a produzir, muito mais pela sua obstinação, muito menos, Senhor Presidente, por qualquer incentivo que possa lhe dar.

Fiz esse pronunciamento com uma certa emoção, é verdade, porque meu pai é um pequeno produtor, tem 7 alqueires de terra, trabalha na terra, e sei o quanto é difícil. E sei que muitos dos vizinhos dele, - meus amigos, me criei lá - não estão mais agüentando ficar na propriedade, porque não adianta pedir para eles ficarem, tem que dar qualidade de vida, tem que dar educação, tem que dar saúde, senão eles irão sair de lá, e aí não tem casa popular que resolva, não tem programa de assistência social que resolva isso. Não há como suportar esta mão-de-obra não especializada nos grandes centros.

Quero ver a classe média-alta deste País, as elites, dormirem, com tamanho problema social. Esta é uma realidade, e se aqui somos a voz da população, temos que colocar essa voz

que ouvi ontem num encontro de agricultores, quando muitos me cumprimentavam e diziam: "Zucchi, nos ajude, porque não dá mais para agüentar. Veja só, vendi meu trigo por 5,70 para ração, e falta pão na mesa dos brasileiros".

É lamentável isso, Senhor Presidente. Faço deste pronunciamento, apenas o desabafo da reunião que tivemos agora, aonde constatei, Deputado Cezar Silvestri, que lamentavelmente o Governo Federal tem a visão estratégica do produto puro, da relação de mercado pura, da globalização que esquece o homem, que deixa o homem fora do contexto, como se o agricultor de 5 alqueires de terra pudesse assimilar a tecnologia, pudesse ter informação e poder de comercialização. Não existe isso, é lamentável esta situação, Presidente.

Se Vossa Excelência me permite, para não fazer aqui uma desfeita, gostaria de conceder ainda, para encerrar, um aparte ao Deputado Colombo.

O Sr. Irineu Colombo - Obrigado, Deputado Augustinho Zucchi; Deputado Luiz Carlos Zuk, nosso Presidente.

Estivemos há poucos dias num encontro, e uma pessoa me falou uma palavra que é interessante. Todo mundo fala na globalização, começou há questão de 8 anos atrás, todo mundo batia palma. Essa pessoa me disse que devemos trocar essa palavra; nós, que pensamos no homem, como o senhor falou, Deputado Augustinho Zucchi, que pensamos no homem, pela universalização, é diferente. Globalização é apenas a troca de mercadorias e de capitais, não importa o que vai acontecer.

Então, hoje a situação, por exemplo do trigo, que Vossa Excelência está se referindo, o trigo que vem da Argentina, estão vindo os caminhões, passando lá pela minha cidade, vários, quebrando nosso asfalto, lá da BR-277, congestionada, vem com subsídios. Aqui, o Governo brasileiro está baixando, vai diminuir o ICMS, se você deixar a zero os custos tributários, e baixar no custo do transporte, o Deputado Romanelli baixando lá o custo de quilômetro rodado, etc, mesmo assim não temos condições de competir, porque estamos importando subsídios de lá também.

Então, a globalização é a mesma coisa que falar assim para o agricultor: "olha, você vai ter aí seis meses para começar a melhorar a semente do seu trigo, melhorar na qualidade da sua terra, porque vamos começar a competir com o trigo de tais lugares, que

vem do Canadá, que vem da Argentina". Olha, em seis meses, o camarada que é semi-analfabeto ou analfabeto, como é que vai se adaptar à nova tecnologia, à informática, à globalização. Isso ele ferrou-se, faliu, não ergue mais.

Portanto, o processo de globalização, o Governo entrou numa grande canoa furada. O processo, tínhamos que discutir a universalização, vamos trocar mercadorias, capitais, vamos trocar empregos, vamos trocar direitos sociais, vamos trocar uma relação de equidade, tratado nos acordos internacionais, para que não aconteça a falência dos nossos agricultores, que vai dar uma cadeia de dominó de várias falências, desemprego, congestionamento da cidade, que está difícil.

Então, o processo de globalização é a maneira como o Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, está tratando isso de uma forma irresponsável, não tem outra palavra que defina isso.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Agradeço o aparte do Deputado Irineu Colombo, e também gostaria de agradecer todos os demais Deputados que fizeram um aparte neste pronunciamento, e pedir, Senhor Presidente, que nós aqui nesta Casa tenhamos sempre alerta esta situação. Que tenhamos, na verdade, a sensibilidade, que tenho certeza absoluta, que faz de cada Parlamentar, na verdade, a voz maior da sua população, de quem ele representa na sua comunidade, na sua região.

Gostaria de agradecer essa oportunidade, Senhor Presidente, de termos discutido aqui essa situação, e dizer que vamos continuar trabalhando, gritando, dizendo, pedindo, para que mais uma vez os nossos agricultores não sejam levados a deixar a sua propriedade, e muitas vezes ir aventurar uma vida melhor na cidade, causando problema social e tendo dificuldades de manter a sua família.

O Paraná tem 400 mil pequenos produtores, e pegava, Senhor Presidente, os dados da minha região, 57% da arrecadação do produto primário, 23% da arrecadação do setor do comércio, 8% da indústria, e uma percentagem baixa de outros setores.

Portanto, o Brasil é o único País capaz de surpreender o mundo. Setenta milhões de toneladas, balela, balela, porque podemos produzir 200, 250 milhões de toneladas, dando aí o equilíbrio da produção de alimentos no mundo, já que o estudo da ONU pressupõe que teremos falta de alimentação, em curto espaço de tempo.

Agradeço a atenção dos Deputados, e a deferência por Vossa Excelência ter me concedido o tempo para fazer esse pronunciamento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Antes de passarmos à próxima Liderança, a Mesa se associa com o Deputado Augustinho Zucchi, nesta colocação feita, reforçada por toda a Casa, e breve estaremos remetendo, em nome do Poder Legislativo do Paraná, este reclamo de toda a sociedade paranaense, no tratamento do trigo, principalmente na sua comercialização.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, apenas para registrar a presença em nosso meio, da agradável figura do Vereador eleito de Cerro Azul, Artênio Bassoto, do Partido dos Trabalhadores, que está aqui conosco.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Perfeitamente associado e registrada pela Mesa Executiva a presença do ilustre vereador.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na semana que passou, no dia 4 de dezembro mais especificamente, o Juiz Sérgio Roberto Moro deu uma liminar por uma ação judicial, impetrada pela Bancada do Partido dos Trabalhadores, suspendendo o leilão da FERROESTE.

De ontem para hoje, o Presidente do Tribunal Regional da 4ª Região, Paim Falcão, suspende essa liminar. E a informação que temos, é que agora à tarde, provavelmente, deve estar se concretizando um dos maiores escândalos do Paraná, que é o leilão da FERROESTE. Agir com esta rapidez, mal suspendendo a liminar e fazendo leilão, ocorre o seguinte fato: não dá direito à nossa bancada ao contraditório. E, ao analisar a suspensão da liminar, o Juiz Paim Falcão entra no mérito da questão, coisa que não lhe cabe, porque ele teria que se ater na questão da liminar.

Disse anteriormente, que se desenha um grande escândalo, por duas razões: a primeira delas, no leilão só tinha uma empresa, e de antemão, o Governo já sabia e já sabe quem será o dono da FERROESTE por trinta anos. Porque, se ele abre novo edital, dá novo prazo, poderia se apresentar outras empresas. Isso, por si só, já é um escândalo.

A outra razão, é: o Dr. Pain Falcão foi desrespeitado na ética judicial, ou ele foi submetido à mentira do Governo do Estado do Paraná, porque não foi dito a ele que a FERROESTE, através dos advogados Romeu Felipe Barcelar Filho e Ari Bueno de Almeida, tinham entrado com Agravo de Instrumento, e o relator designado para analisar esse Agravo de Instrumento, Juiz Hércio Pinheiro de Castro, deu parecer para que a liminar fosse mantida. Esse relator não foi ouvido pelo Juiz Pain Falcão, que coincidentemente, após assinar a liminar, viajou e não pôde ser encontrado pela Bancada do Partido dos Trabalhadores, para alertá-lo que ele foi desrespeitado, porque existia um Agravo de Instrumento que não foi levado ao conhecimento dele, e que impediria derrubar a liminar, e ter que aceitar o que o relator já tinha dito no seu parecer.

Quero ler aos Senhores Deputados. Após várias considerações, diz o relator: "Assim sendo, por esse fundamento, reputo necessária a concessão da liminar pleiteada. Ficam prejudicadas, por ora, as demais questões levantadas pelos Autores, uma vez que a falta da publicação do edital, nos moldes previstos no artigo 12 da Lei nº 8.031/90, é suficiente para a concessão da liminar. Dessa forma, se resguardará o interesse público, impedindo o prosseguimento de licitação aparentemente viciada (por falta de publicação de edital equivalente ao previsto no artigo 12 da Lei nº 8.031/90). Se evitarão os inevitáveis transtornos que decorreriam de possível anulação ulterior. Ante o exposto, concedo a liminar pleiteada para o fim de determinar a suspensão da licitação prevista no Edital nº 01/96, referente à desestatização do serviço público cedido pela União à Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A".

O que significa que o Presidente da 4ª Região da Justiça Federal foi faltado com a ética por parte do Governo do Estado, ou o Governo do Estado, através dos seus prepostos, mentiu ao Presidente desta Região, porque no momento em que entra com agravo de instrumento, tem que esperar o julgamento deste Agravo de Instrumento, para que o Presidente desta região pudesse dar o seu parecer. No entanto, ele dá um parecer, desconhecendo o processo, desconhecendo o Agravo de Instrumento, e desconhecendo que o relator deste Agravo de Instrumento deu parecer para a manutenção da liminar.

Por isso, por essas duas razões, está se desenhando no processo de privatização da FERROESTE, um dos maiores

escândalos de nosso Estado, nos processos de privatização, porque foi obtida a derrubada da liminar pela quebra da ética, ou através da mentira. E a liminar não tem caráter jurídico. Foi dado em cima de uma posição e de um caráter político. É uma posição política assumida por um Presidente de um Tribunal. A menos que ele foi vítima por parte do Governo. O Governo, através de seus prepostos, mentiram e faltaram com a ética. Isso deve estar se dando desde o início da FERROESTE, pelo consenso truncado de discussão e debate nesta Casa.

Foi convidado para vir ao Plenário desta Casa, o Secretário de Transportes, chamado em sala fechada. Convidarão para o Plenário desta Casa o Presidente da FERROESTE, convidado com as portas fechadas. Em portas fechadas se faz negociatas e não negociações, e está ficando claro através da disputa que está se dando nos consensos judiciais.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Última Liderança inscrita: Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Já no encerramento do nosso mandato parlamentar nesta Casa, haja vista que no dia 1º de janeiro vamos assumir o Executivo Municipal de Ponta Grossa.

Queremos, nesta tarde, ainda na condição de Deputado Estadual, nos pronunciar a respeito de um fato, que nos últimos dias, tem mexido com a nossa população de Ponta Grossa, e principalmente, tem mexido com o nosso povo, e aquilo que entendemos que deve ser trazido a esta Casa.

O Governo do Estado, no último dia 13 passado, através de um documento protocolado no protocolo da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, resolveu, por iniciativa própria, acabar com o comodato, reunindo o Município de Ponta Grossa e o Estado do Paraná, através da PARANATUR, fazendo com que desta forma, o contrato envolvendo o Município sobre Vila Velha e o Parque Estadual de Ponta Grossa de Vila Velha, fique encerrado a partir do próximo dia 13.

O Governo do Estado suspendeu e rescindiu o contrato que venceria em 1999, tirando de Ponta Grossa, Senhores Deputados, o direito de comandarmos, como vínhamos comandando através do contrato, o direito de administrar o Parque Estadual de Vila Velha. Uma atitude tomada pela PARANATUR, instituída, porque o órgão precisa fazer

melhorias em Vila Velha, e não pode fazer as melhorias com esse contrato em andamento.

Ontem, estivemos em Ponta Grossa, discutindo com os técnicos da PARANATUR, estivemos em companhia do Deputado Luiz Carlos Zuk, de Lideranças, de vereadores de Ponta Grossa, querendo saber quais os motivos que levam o Governo do Estado a retirar de Ponta Grossa o direito de comandar aquilo que é o maior patrimônio que a cidade tem. E que nós, na condição de candidato a prefeito, durante toda nossa campanha, pregamos que, pela primeira vez na história de Ponta Grossa, iríamos trabalhar diretamente o turismo, criando uma Secretaria de Turismo, que inclusive já foi aprovada pela atual legislação de Ponta Grossa.

A nossa campanha foi embasada na riqueza do potencial turístico dos Campos Gerais, e principalmente, de Vila Velha. E, de repente, fomos surpreendidos, ao abrirmos o "Jornal da Manhã" de Ponta Grossa, descobrimos, por volta de 10, 15 dias atrás, que o Governo do Estado já havia feito até um edital convocando empresários para cuidarem do trabalho de limpeza e conservação do Parque Estadual de Vila Velha.

E nós, Deputado Algaci Túlio, como Deputado Estadual do Paraná, nesta Casa, e que, a pedido do próprio Governo, voltamos a votar os interesses do Governo nesta Casa, ficamos sabendo - só pela imprensa - o Governo não comunicou a ninguém, muito menos ao Prefeito eleito de Ponta Grossa, que estava liderando uma bandeira pelo turismo de Ponta Grossa.

Isso nos magoou muito, nos afastou até um pouco de algumas conversas que teríamos com o Governo do Estado. Porque nos sentimos traídos, não a cidade, mas o Deputado Jocelito, que por sua vez, não conseguiu ainda entender qual o real motivo que o Governo retirou de Ponta Grossa o direito de comandar o nosso maior patrimônio, que é o Parque Estadual de Vila Velha.

Gostaria que o nosso líder, Deputado Algaci Túlio, levasse esta preocupação deste prefeito que vai assumir, que entende que as reformas apresentadas pela PARANATUR são importantes para Vila Velha. Os investimentos que a PARANATUR quer fazer, na faixa de 3 milhões, são bem vindas a Ponta Grossa. O município, a região e o Estado agradecem. Mas ainda não entendi o motivo de não fazer os tais investimentos, sem que se tirasse o direito da cidade continuar administrando, porque está a 15 km de Vila Velha, e não a 80 da PARANATUR, que vai admi-

nistrar Vila Velha. E estamos preocupados, Deputado Plauto.

Como o Deputado Zuk disse ontem em Ponta Grossa: Curitiba tem usado Ponta Grossa como apenas um local em que é vendido e que o turista vai lá e volta no mesmo dia. E com isto, o turista vai a Vila Velha e volta no mesmo dia, e não faz os gastos que deveria fazer em Ponta Grossa, e com isso o nosso turismo não é aquele potencial que queríamos.

Portanto, Senhores Deputados, gostaríamos, nesta tarde, de deixar registrado na Sessão Plenária desta Casa, que entendemos o que o Governo do Estado quer. E até, Deputado Plauto Miró Guimarães, demos a confiança ao Governo do Estado. Mas esperamos que em janeiro, como está sendo prometido, que a partir de janeiro de 97, realmente se faça os investimentos que lá estão sendo colocados, como foram colocados e públicos.

O município herda uma dívida de Vila Velha: 39 funcionários que foram repassados para o município e que estão em situação irregular, e que teremos que nos haver até com a Justiça, 7 anos de trabalho. Isso dissemos, ontem, ao Presidente da PARANATUR. Não queremos concordar, mas queremos aceitar. Porque o contrato feito entre o Estado e o Município de Ponta Grossa, foi um contrato frágil, mal feito, e que o município, hoje, tem que engolir quieto e esperar que as coisas aconteçam.

Mas, nos consola o final desse ressentimento, desse contrato que foi feito. No final diz: que após feitas as obras em Vila Velha, o Estado vai devolver à Ponta Grossa o direito de administrar Vila Velha.

Quero deixar registrado, nos trabalhos desta Casa, que neste dia, há um documento registrado que após dois anos, Vila Velha voltará ao comando de Ponta Grossa. E esperamos que neste período de dois anos o Governo do Estado faça os investimentos em Ponta Grossa. Não queremos briga com o Governo do Estado, queremos é o que o Governo deve à Ponta Grossa. E eu, como prefeito eleito, faço esta cobrança pública. Porque às vésperas em que o Governador do Estado do Paraná assumiria o comando do Estado, disse a nós Deputados, e aqui está o testemunho do Deputado Plauto, que estava junto, diante, também, do presidente da Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa, que na primeira oportunidade que o Governador do Estado fosse mexer nos cargos de primeiro escalão deste Governo, ele se lembraria de oferecer um cargo a nossa Cidade de

Ponta Grossa e aos Campos Gerais. Já se passaram duas reformas de Secretários, estamos indo para uma próxima reforma agora, em janeiro, e esperamos, Deputado Algaci Túlio, que o nosso Governador do Estado lembre-se que a capital cívica do Paraná, a Cidade de Ponta Grossa, foi a cidade que ele teve mais votos depois de Curitiba.

E é por isso que em nome de Ponta Grossa e de todos os Campos Gerais, há uma necessidade dessa região ser contemplada com um cargo a nível de Estado. Pois tenho certeza que quando estivermos com um Secretário sentando-se na mesa diária das reuniões de Secretários, seremos informados quando o Governo quiser tomar alguma medida que vá contra os interesses da Cidade de Ponta Grossa e do nosso povo.

Quero deixar, Senhor Presidente, esse registro nesta tarde. Não concordo com a atitude do Governo, mas aceito, porque o contrato nos obriga a aceitar. Mas mais uma vez volto a repetir neste Parlamento, ao fechar a minha participação como Deputado: Ponta Grossa não quer ser oposição ao atual Governo do Estado, na condição de Prefeito, a partir de janeiro. Mas quer ser respeitada, quer ter direito. Quer que quando um Secretário de Estado prometa que ele vá à Ponta Grossa, que não arrume desculpas de última hora, que não pode ir ou vai deixar de ir outro dia. O que queremos, é respeito, Senhor Presidente, porque senão, a partir de janeiro, este Deputado, na função de Prefeito, vai carregar a bandeira da oposição em todos os cantos do Paraná, dizendo que o interior continua sendo discriminado por este Governo.

Espero, e não quero fazer isto, mas espero que o Governo do Estado lembre-se das pequenas cidades, das cidades grandes que são do interior, como Ponta Grossa, e que nos ajudem e lembrem-se que Vila Velha não é um patrimônio de Curitiba, é um patrimônio dos Campos Gerais...

O SR. ALGACI TÚLIO (*Pela Ordem*) -

Acompanho o pronunciamento do Deputado Jocelito Canto. Até posso entender o seu clima emocional, afinal de contas vai assumir a prefeitura e desejo a Vossa Excelência todo o sucesso, e como Deputado ou como vice-Prefeito de Curitiba, terá, deste companheiro, um parceiro, naquilo que for possível.

Agora, o que não posso entender, que Vossa Excelência usa a linguagem que tentaram usar durante a campanha eleitoral...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (*Pela Ordem*) - O Deputado Algaci Túlio não pode pedir uma Questão de Ordem, para tentar apartear o orador. O Senhor tem que assegurar a palavra ao orador!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A palavra continua com o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Quero dizer ao Deputado Jocelito, para acabar com essa história de que Ponta Grossa, de que Londrina não é Curitiba, não tem nada a ver Curitiba com a questão de Vila Velha, não está nem nos limites da divisão de município com Ponta Grossa, passa por Campo Largo primeiro, passa por Balsa Nova primeiro, para depois chegar até Ponta Grossa.

Pediria a Vossa Excelência que não envolva Curitiba, que não tem nada a ver com o problema. O problema é do Governo do Estado, da PARANATUR e da Prefeitura de Ponta Grossa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Palavra assegurada ao orador da tribuna.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, se estabelece aqui uma briga de bairristas. O Deputado Algaci Túlio é bairrista por Curitiba, da qual foi eleito vice-Prefeito; e o Jocelito eleito Prefeito de Ponta Grossa, briga por Ponta Grossa.

Para encerrar, Senhor Presidente, não querendo me alongar, agradeço a oportunidade.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Acho que tenho aqui, Deputado Algaci Túlio, a solução que pode resolver essa questão levantada pelo Deputado Jocelito.

Eu, quando era Presidente da COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná, um dia me dirigi à uma cidade junto com a minha diretora técnica, arquiteta Rosângela, e chegando lá, constatamos, Deputado Pessuti, que o engenheiro que havia feito a locação das unidades habitacionais, havia desconsiderado o Plano Urbanístico, fazendo o seguinte: fazendo a locação das casas de forma com que o alinhamento se mantivesse, quando na verdade você tem que intercalar as unidades habitacionais, para não haver um encontro justamente das janelas e das portas. E aí, como ela deu um tremendo de um "pito" no engenheiro responsável pela obra, que não vou admitir essas casas alinhadas, aliás, se não me fa-

lha a memória foi no Município de Ibi-
porã, José Maria, que aconteceu esse
fato, sugeri a ela que fizesse o se-
guinte: vamos trazer para cá uma má-
quina de remover casas, para que se
possa desalinhar as unidades.

Acho que deveria usar essa mesma
máquina de remover casas que usamos,
puxando a fundação e o respaldo, le-
vando Vila Velha para mais próximo de
Ponta Grossa, pelo menos uns 20 km.
Resolvemos o problema do Deputado Jo-
celito, de uma vez por todas. Vamos
usar a mesma máquina que usamos na
COHAPAR, em Ponta Grossa.

O SR. JOCELITO CANTO - A sua compara-
ção, Deputado Romanelli, é fora
de moda, Senhor Presidente, totalmente
fora de moda a comparação do Deputado
Romanelli.

O que quis dizer, Deputado Roma-
nelli, é que o que se tem hoje, é que
vende um pacote de turismo aqui, é que
se coloca Ponta Grossa, Vila Velha,
não se coloca Ponta Grossa. E queremos
que coloque Ponta Grossa, para se tra-
zer mais empregos.

Mas, Senhor Presidente, não que-
rendo abusar, gostaria mais uma vez de
deixar registrado, que aceitamos, mas
lá no fundo, realmente não entendemos,
o porquê de fazer os investimentos e
de tirar do município o comando daqui-
lo que é nosso, que é mais próximo a
Ponta Grossa. E espero que o Governo
realmente faça os investimentos.

Deputado Algaci, não se trata de
política, período de eleição, porque
sou daqueles que costumam esquecer, e
a eleição para mim já acabou.

O Sr. Algaci Túlio - Mas Vossa Exce-
lência está usando Curitiba, que
não tem nada a ver com o problema.
Continuo não concordando com a sua
análise.

O SR. JOCELITO CANTO - A eleição já
acabou, temos que pensar agora é
para frente, e Ponta Grossa quer ser
respeitada, e gostaria que Vossa Exce-
lência levasse ao nosso eminente Go-
vernador do Estado, que ele fez uma
promessa diante do Deputado Plauto, do
Jocelito, de que na próxima mexida no
Secretariado, haverá de honrar um pon-
tagrossense, como nosso Presidente,
Deputado Zuk, Deputado Plauto, ambos
que tiveram apoio do Governo do Estado
na última eleição, para serem levados
à condição de Secretário, e que a nos-
sa cidade, a nossa região tenha um Se-
cretário de Estado, porque há uma pro-
messas do Governo do Estado.

Era isso, Senhor Presidente, Se-
nhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Liderança do Governo.

Anunciando antes, que temos logo
em seguida, ilustre líder, a votação
da Ordem do Dia, e em seguida a vota-
ção de uma extraordinária, da licença
de Sua Excelência o Governador, e ain-
da às 17 horas, a entrega de título ao
Dr. André Zacharow.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presiden-
te, Senhores Deputados.

Quero ser breve na minha parti-
cipação nesta tribuna, mas só para
concluir, dizendo que lamento esse
discurso ainda um tanto quanto de bri-
ga de interior com capital, que não
tem nada a ver. Respeito a posição do
Deputado Jocelito Canto, eleito Pre-
feito, e desejo a ele toda a sorte,
toda a felicidade. Mas essa história
de ligar Curitiba, não tem nada a ver.
Curitiba é Curitiba! Ponta Grossa é
Ponta Grossa! Londrina é Londrina! Ma-
ringá e Maringá, e assim por diante.

Curitiba tem as suas qualidades,
tem as suas potencialidades. Ponta
Grossa tem as suas. Cada uma, dentro
da sua condição, do seu modo de viver,
do seu cidadão, não tem nada a ver uma
coisa com a outra.

A questão, se a PARANATUR tomou
uma posição, quero entender que será
para valorizar Ponta Grossa, para me-
lhorar até a infra-estrutura de Vila
Velha, que precisa ser muito mais ex-
plorada a parte turística, e tenho
certeza que só vai trazer benefícios
para Ponta Grossa.

Isso aqui, me volto aquela bri-
ga, quando algumas pessoas diziam que
iríamos tirar as praias de Paranaguá,
como é que vai tirar as praias de Pa-
ranaguá?

Deputado Luiz Claudio Romanelli,
vamos tirar Vila Velha de Ponta Gros-
sa, não vai sair do território. Acho
que fui mais feliz que Vossa Excelên-
cia na comparação.

Então, veja aquela história de
que iríamos tirar, criando o Município
de Pontal do Paraná, iríamos tirar as
praias de Paranaguá. Uma bobagem, não
houve nada disso. As praias estão lá,
os parnanguaras continuam usufruindo
ou não, ou vão para Santa Catarina, ou
vão lá para Caiobá, vão para Guaratu-
ba, e nem sempre usam a praia de Pon-
tal do Paraná.

Vila Velha vai continuar em Pon-
ta Grossa, vai ser valorizada. O Pre-
feito vai estar muitas vezes em Vila
Velha, quem sabe a convite da
PARANATUR, para iniciar as obras, para

assinar convênios, e para ver o que vai se fazer lá em Vila Velha.

Concedo um aparte do Deputado Florisvaldo Fier.

O Sr. Dr. Rosinha - Quero dar uma sugestão ao futuro Prefeito de Ponta Grossa: que ele faça o retorno pelo centro de Ponta Grossa, que aí não tem como voltar do meio do caminho. É uma maneira de todo mundo que vai à Vila Velha ter que ir à Ponta Grossa para poder voltar.

O SR. ALGACI TÚLIO - Talvez seja uma alternativa. Acho que parte por aí.

Senhor Presidente, venho à tribuna também para dizer que hoje é um motivo de muita satisfação para todos nós paranaenses, quero crer que independe de cor partidária, depende de interesses políticos, porque o Estado do Paraná, hoje, ganha mais um grande investimento. O Governador Jaime Lerner, neste exato momento está em Brasília, no Palácio do Planalto, assinando um protocolo de intenções com o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, com o Presidente da Wolks, para a instalação de uma unidade aqui no Estado do Paraná.

Sei que a esta hora já vão dizer: mais uma empresa que vem para a região metropolitana. O desejo não é do Governador que venha para cá para a região metropolitana; o desejo é de que venha para o Paraná. Mas cabe aos investidores escolher a área, a região que desejam para montar a sua empresa. E a Wolks vem e vai se instalar, a exemplo da Renault, no Município de São José dos Pinhais, no Distrito de Campo Largo da Roseira. Não confundir, Distrito de Campo Largo da Roseira, Município de São José dos Pinhais, na saída para Joinville, próximo ali do Hotel Paraná Golf.

Ali, Deputado Orlando Pessuti, vai se instalar a unidade da Wolks, que certamente vai trazer um grande investimento para o Estado do Paraná, gerando emprego, investimentos importantes que só têm, evidentemente, a valorizar o nosso Estado.

Queria neste momento, ser portador, não verdade não era nem para eu estar na Sessão hoje, mas por ser "caxias", fui acompanhar a reunião da Comissão de Orçamento e parabenizar o trabalho feito pelo relator Durval Amaral, pelo Presidente Marquinhos Alves, pelos componentes da Comissão, pela maneira como se chegou ao final o tratamento com relação ao orçamento, e acabou perdendo o voo para Brasília, senão estaria neste momento testemu-

nhando esse ato histórico para o Paraná, que é a vinda de mais uma montadora aqui para o nosso Estado.

Então, sou portador do Governador, para um convite aos Parlamentares, às 18:30 horas, no Aeroporto Afonso Pena.

Concedo aparte ao Deputado José Maria Ferreira.

O Sr. José Maria Ferreira - Deputado Algaci Túlio, quando Vossa Excelência, na qualidade de Líder do Governo, usa esta tribuna para comunicar a esta Casa e ao Paraná, mais uma indústria automobilística para o Paraná, sem dúvida é sempre uma questão de satisfação para todos nós. No entanto, precisamos ter no Paraná o desenvolvimento harmonioso, e é sempre em nome deste desenvolvimento harmonioso que viemos colocando os Paranas que Vossa Excelência estes dias estava comentando, os três Paranas que precisamos unir, e alegam que o Governo não consegue encaminhar para o interior do Estado as indústrias, porque elas querem ficar perto do Porto, querem ficar perto da BR, querem ficar perto do MERCOSUL, querem ficar perto da Região Metropolitana e perto da região mais industrial do nosso País, que é o Estado de São Paulo.

Temos outras regiões que se revestem de infra-estrutura, de condições, de estradas, de comunicação, de aviação, de serviços de saúde que são excelentes.

Estou preparando um projeto que permite um incentivo para que estas indústrias também possam ter o endereço do interior. De Cascavel, do nosso companheiro Edgar Bueno, do nosso companheiro Edno Guimarães de Cianorte, de Jandaia, que está esquecida entre Londrina e Maringá, de Cornélio, de Ibiaporã e de tantos outros municípios.

Espero ter a Assembléia a mesma consciência, e que possamos, com mesmo júbilo, nos orgulharmos de ter uma indústria também no interior, porque se elas têm aqui o endereço adequado em função da infra-estrutura, a partir do momento que direcionarmos os incentivos fiscais, com certeza elas irão para o interior, e tenho certeza que o Governo quer criar um Estado que não apenas mostre as suas mazelas, mas que mostre um desenvolvimento harmônico, um desenvolvimento em que a sociedade paranaense participe e não apenas uma região que fique sendo a catalisadora de todos os recursos, tanto do Governo como da iniciativa privada.

Tenho certeza que Vossa Excelência será um dos apoiadores deste pro-

jeto para que possamos dividir as riquezas com o resto do povo do Paraná.

Muito obrigado, e parabéns.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço o aparte e entendo perfeitamente o seu desejo, e pode ter certeza que é o desejo do próprio Governador. Imagine se o Governador não desejava levar para Londrina, para Maringá, para qualquer outra região do interior. Aí já independe do Governador. O investidor vai naquilo que mais lhe favorece, que é a localização estratégica, aeroporto, porto, mais próximo de Curitiba, mais próximo até do nosso litoral, por que não? Agora, evidentemente que se eu estiver aqui no ano que vem, Deputado, estarei somando com Vossa Excelência, com o interior do Paraná, no sentido de auxiliá-lo nesta sua proposta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado César Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, acima aprovado:

ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 015/96, de autoria da Comissão Executiva, que autoriza o Senhor Governador e a Senhora vice-Governadora ausentarem-se do País (MERCOSUL). COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado.**

PROJETO DE

DECRETO LEGISLATIVO Nº 015/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam autorizados o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, e a Senhora Emilia Belinati, vice-Governadora do Estado, a ausentarem-se do País até o dia 31 de dezembro de 1997, com destino ao Paraguai, Argentina e Uruguai, quando no interesse da administração venham ser necessárias viagens com destinos a esses países, para tratar de assuntos referentes ao Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

Parágrafo Único - A cada afastamento de que trata o "caput" do art. 1º, o Senhor Governador ou a Senhora vice-Governadora do Estado comunicará prévia e expressamente à Assembléia Legislativa.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 09.12.96.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO EXECUTIVA

PROJETO DE

DECRETO LEGISLATIVO Nº 015/96

P A R E C E R:

Relatório

Oriundo da Mensagem Governamental nº 103/96, o presente Projeto de Decreto Legislativo visa autorizar o Senhor Governador e a Senhora vice-Governadora ausentarem-se do País, com destino aos países do MERCOSUL, até o dia 31 de dezembro de 1997.

Fundamentação

O pedido está em conformidade com o inciso XI, do art. 54, da Constituição Estadual, e a Assembléia Legislativa do Estado já aprovou procedimento igual nos anos de 1995 e 1996, através da Resoluções nºs 002/95 e 001/96, autorizando o Governador e o seu vice-Governador afastarem-se do País com destino ao Paraguai, Argentina e Uruguai, para tratar de assuntos de interesse do Estado, referentes ao MERCOSUL.

Conclusão

Isto posto, somos de parecer favorável ao presente Projeto de Decreto Legislativo nº 15/96.

Sala das Comissões, em 09.12.96.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 031/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Gilmar Dias de Oliveira e Gilvano Dias de Oliveira, o lote nº 015, do imóvel Cascata, situado no Município de Pitanga. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.A.I.C.. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 031/96

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, alienar através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, a Gilmar Dias de Oliveira e Gilvano Dias de Oliveira, o lote nº 15, do Imóvel Cascata, situado no Município de Pitanga.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 20/96

P A R E C E R:

A presente proposição, oriunda da Mensagem Governamental nº 10/96, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo, através do IAP, alienar a Gilmar Dias de Oliveira e Gilvano Dias de Oliveira, o lote nº 15, do Imóvel Cascata, situado no Município de Pitanga.

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça entende que a mesma está conforme com os preceitos legais e constitucionais, e dá o seu parecer favorável, na forma do projeto de resolução em anexo.

Sala das Comissões, em 28.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETOS DE RESOLUÇÃO

NºS 028/96, 031/96 E 035/96

P A R E C E R:**Relatório**

Os presentes projetos de resolução têm origem de Mensagem Governamen-

tal, com o objetivo de alienar lotes situados no Município de Pitanga, a Edelvino José Centofante, Gilmar Dias de Oliveira e Gilvano Dias de Oliveira, e Albina Bassai Pianta.

Fundamentação

Os Órgãos competentes do Poder Executivo examinaram devidamente os processos, tendo os mesmos recebido pareceres favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná e da Secretaria de Estado do Governo.

Conclusão

Assim sendo, esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio dá o seu parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 09.11.96.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 028/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Edelvino José Centofante, o lote nº 064, do Imóvel Cascata, com área de 132,2766 HA, situado no Município de Pitanga. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.A.I.C.. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 028/96

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o lote nº 064 do Imóvel Cascata, situado no Município de Pitanga, a Edelvino Centofante e Luiz Antonio Centofante.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 023/96

P A R E C E R:

Oriunda de Mensagem Governamental, a presente proposição autoriza o Poder Executivo a alienar a Edelvino José Centofante e Luiz Antonio Centofante, o lote nº 64, do Imóvel Cascata, situado no Município de Pitanga.

De acordo com o art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é de competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a matéria, temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETOS DE RESOLUÇÃO
NºS 028/96, 031/96 E 035/96

P A R E C E R:

Relatório

Os presentes projetos de resolução têm origem de Mensagem Governamental, com o objetivo de alienar lotes situados no Município de Pitanga, a Edelvino José Centofante, Gilmar Dias de Oliveira e Gilvano Dias de Oliveira, e Albina Bassai Pianta.

Fundamentação

Os órgãos competentes do Poder Executivo examinaram devidamente os processos, tendo os mesmos recebido pareceres favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná e da Secretaria de Estado do Governo.

Conclusão

Assim sendo, esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio dá o seu parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 09.11.96.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 560/96, de autoria dos Deputados José Maria Ferreira e Péricles Mello, que disciplina a implantação do PROEM na Rede Pública de Ensino de 2º Grau no Estado do Paraná. COM PARECER DA C.C.J.. Retirado, não tem parecer. (Publ. no D.A. nº 188, de 03.12.96).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada de votação da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (**Pela Ordem**) - Retirado por quem, Senhor Presidente?

O SR. ALGACI TÚLIO - Por mim, Deputado, em função de que não tem o parecer da C.C.J..

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**) - Foi pedido vistas na C.C.J. e o Projeto 560 dos Deputados José Maria Ferreira e Péricles Mello não está em

condições de ser analisado pelo Plenário, por falta de parecer.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Mas por quanto tempo?

O SR. ALGACI TÚLIO - Retira da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**) - Até que a Comissão de Constituição e Justiça dê o parecer. Será retirado somente hoje.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, há um entendimento com o Deputado Algaci Túlio, que é um líder lúcido do Governo nesta Casa, muito diferente de alguns outros líderes, mas...

O SR. ALGACI TÚLIO - Não, não, Deputado Romanelli, permita-me, gostaria que Vossa Excelência não fizesse comparação, porque de maneira alguma Vossa Excelência também não me valoriza, quando deprecia os demais. Por favor, somos todos bons líderes, todos fazemos força para chegarmos a um denominador comum.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (**Pela Ordem**) - Então, Senhor Presidente, concluindo, quero reafirmar aqui a qualidade do Líder Algaci Túlio, em que amanhã faremos uma Sessão Extraordinária da C.C.J..

Hoje, um Deputado pediu vistas deste projeto, que é fruto de um acordo que encaminhamos aqui nesta Casa, e ontem foi realizada a reunião com o Presidente, Deputado Anibal Khury, que incluiu o projeto na Ordem do Dia de hoje, na certeza de que não haveria dificuldade na votação da Comissão de Constituição e Justiça. Por que? Porque a C.C.J. iria admitir a constitucionalidade do projeto, a Casa votaria hoje, também admitindo a constitucionalidade, e amanhã, se houvesse ainda alguma dúvida em relação ao mérito da questão, se ofereceria uma emenda que modificaria o conteúdo do projeto de lei.

Só queria deixar claro, porque o projeto do Deputado José Maria Ferreira e do Deputado Péricles, ele acabou sendo o fruto deste entendimento, e por isso queria apenas deixar registrada esta questão, para que amanhã, na Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado que pediu vistas, retornasse com o projeto para que pudéssemos apreciá-lo na sua constitucionalidade amanhã, aqui, e neste meio tempo tempo, naturalmente o Deputado Algaci Túlio

lio, representando o Secretário de Estado da Educação e todas as outras forças envolvidas, pudesse eventualmente modificar alguma coisa no conteúdo do projeto, porque esta é a única forma de garantirmos que o compromisso que assumimos aqui publicamente, representando todos aqueles Deputados que haviam se manifestado contrários, a forma que o Governo queria impor o projeto do PROEM.

Fizemos um acordo de cavalheiros aqui da retirada do projeto de decreto legislativo da minha autoria e do Deputado Ângelo Vanhoni, e com isto, Deputado Zuk, conseguiremos fazer com que o acordo que publicamente assumimos, seja cumprido. Por isto que estou registrando esta posição.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Perfeitamente registrada a sua preocupação, e o acordo firmado. Retirado o projeto da Ordem do Dia.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 374/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Doutor João Carlos Simões. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

PROJETO DE LEI Nº 374/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Doutor João Carlos Simões.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Doutor João Carlos Simões nasceu em 24 de junho de 1948, na Cidade de Franca, no Estado de São Paulo, e formou-se em Medicina na Universidade Federal do Paraná, sendo um dos profissionais mais conhecidos em nosso Estado.

A concessão do título de Cidadania Honorária Paranaense vem, de certa forma, retribuir os relevantes serviços prestados a comunidade do nosso Estado, salientando o seu desempenho na sua profissão, contribuindo sobremaneira para o engrandecimento das instituições brasileiras.

Sendo assim, solicitamos o devido apoio dos nobres Pares, ao projeto de lei que ora apresentamos, como forma de prestar uma justa e me-

ritória homenagem, como reconhecimento do seu trabalho em prol da comunidade do Estado do Paraná, conforme é comprovado pelo "curriculum vitae" que apresentamos em anexo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 374/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei em exame, de autoria do ilustre Deputado Luiz Accorsi, tem por finalidade conceder o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Doutor João Carlos Simões.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
1ª discussão do Projeto de Lei nº 374/96. **Aprovado.**

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem) -
Senhor Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

Deputados que aprovam o Projeto do Deputado Luiz Accorsi, 374/96, queiram levantar-se.

(Pausa)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Não há quórum para votação, somente para prosseguimento da Sessão.
Em discussão o projeto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, retiro o pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Perfeitamente retirado...

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 261/96, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que institui a obrigatoriedade do plantio de árvores frutíferas nativas nas faixas de domínio das rodovias estaduais. COM PARECER

FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 90. de 18.06.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 261/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, visa instituir a obrigatoriedade do plantio de árvores frutíferas nativas nas faixas de domínio das rodovias estaduais.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ TAVARES - Relator

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 487/96, de autoria do Tribunal de Justiça, que dá nova estrutura ao quadro de servidores da Secretaria do Tribunal de Alçada do Estado e institui o plano de carreiras, e adota outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 481/96, de autoria do Tribunal de Justiça, que dá nova estrutura ao quadro de servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, institui o plano de carreira e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.**

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 508/96, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, que altera a redação das Leis nºs 11.091, de 16/05/95 e 11.035, de 02/01/95 (Loterias - SERLOPAR). **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, COM PARECER DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.**

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO
DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 508/96

Art. 1º - O art. 4º da Lei nº 11.035, de 02 de janeiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - O total de recursos arrecadados em cada sorteio terá a seguinte destinação:

I - sessenta e dois por cento para premiação, incluída a parcela correspondente ao imposto de renda e outros eventuais tributos;

II - três por cento para administração dos serviços da SERLOPAR; e,

III - trinta e cinco por cento para entidade desportiva autorizada a aplicar em projetos ou atividades de fomento ao desporto e custear as despesas de administração e divulgação.

Parágrafo Único - Todos os tipos de sorteios realizados na circunscrição do Estado do Paraná, telefônicos, radiofônicos, televisivos e outros que tecnologia permitir, deverão ser autorizados e fiscalizados pela SERLOPAR, que procederá, na mesma forma que na modalidade de bingo, a cobrança de três por cento pela administração dos serviços".

Art. 2º - No exercício de 1997, os recursos líquidos obtidos por uma das novas modalidades lotéricas a serem instituídas pelo SERLOPAR, serão destinados à subvenção de parte dos Jogos Mundiais da Natureza.

§ 1º - Para recebimento e aplicabilidade dos recursos auferidos, na forma prevista no "caput" deste artigo, fica credenciado o Instituto Paranaense de Desenvolvimento - IPD, nos termos de convênio a ser firmado com o Governo do Estado.

§ 2º - A partir de 1998, os recursos previstos no "caput" deste artigo, obedecerão o estipulado na Lei nº 11.091, de 16 de maio de 1995.

Art. 3º - Esta lei será regulamentada por Decreto do Executivo.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04.12.96.

(a) SÂMIS DA SILVA

Apoiamento: Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Geraldo Cartário, César Seleme e Nelson Garcia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 508/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, tem por objetivo alterar a redação das Leis nºs 11.091/95 e 11.035/95 - SERLOPAR.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, faz a análise da emenda, vez que já se manifestou com relação ao projeto de lei.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.12.96.

(aa) JOEL COIMERA - Presidente
JOSÉ TAVARES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - do Decreto Legislativo nº 016/96.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária

para quarta-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 508/96.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nºs 487/96; dos Projetos de Resolução nºs 028 e 031/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 261, 374 e 433/96; e dos de Resolução nºs 039 e 040/96.

Levanta-se a sessão.